

Ata da Reunião Ordinária do CIAMP Rua Curitiba – 24/04/2026

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de 2026, às 14:17h, em sala disponibilizada nas dependências do CRAS Matriz, reuniram-se, ordinariamente, membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, onde estavam presentes: Elisangela Stüpp (FAS), Maria Amelia Mendes (SMDH), Rodrigo Alvarenga (PUC/PR), Patrícia Vestergaard Dias (SMS), Alexandre Henrique dos Santos (Reviver), Débora Pradella (DPE-PR/NUCIDH), Paulo Alberto Bastos Jr. (Pastoral Povo da Rua), Amarilis Thomaz Mattei (SMSAN), Adriana Maria Matias (CRESS-PR), Leonildo José Monteiro Filho (MNPR-PR), Thamyres Corrêa Barbosa (INRUA) e Alexsandro Oliveira de Lima (FAS). A Coordenadora do CIAMP, Elisangela (FAS), deu início à reunião ordinária apresentando a pauta a ser discutida, qual seja: **1.** Debate sobre a Portaria Conjunta nº 02 - SMS, FAS, SMDH, de 19 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a atuação das equipes de saúde, de assistência social e demais equipes responsáveis por políticas públicas relacionadas ao cuidado integrado às pessoas com sofrimento psíquico decorrente ou não do uso abusivo de álcool e outras drogas com necessidade de internamento involuntário, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Município de Curitiba (DPE/PR); **2.** Alteração do calendário de reuniões, para mudar o dia da semana, de sexta-feira, para segunda-feira ou terça-feira, visto a impossibilidade de membro titular da COHAB em participar de reuniões do CIAMP nas quartas-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras, por motivo de foro íntimo (COHAB); **3.** Atendimento no Centro POP Doutor Faivre (DPE/PR); **4.** Programa BASE – Bem-estar, Apoio, Solidariedade e Emprego (FAS) **5.** Workshop - Censo SUAS POP Rua (FAS); **6.** Operação Inverno (FAS). Em seguida Elisangela (FAS) indagou aos presentes se todos receberam a Ata da última reunião, bem como sobre demais assuntos para compor a pauta apresentada. Todos receberam a ata da última reunião. Rodrigo (PUC) solicitou reserva de espaço ao final da pauta para informes sobre workshop e palestra com médico psiquiatra sobre internação involuntária. Em seguida Elisangela (FAS) apresentou planilha com informações sobre as internações involuntárias desde o mês de janeiro de 2026 até a data de 10 de abril de 2026, sendo 97 pessoas internadas involuntariamente, até esta data. Patrícia (SMS) fez consideração sobre o fechamento das informações, informando que foi definido no comitê de saúde mental que os dados serão informados levando em consideração o mês fechado. Elisangela (FAS) destacou que nem todas as pessoas internadas involuntariamente são pessoas em situação de rua. Patrícia (SMS) que as vagas são reguladas pela Central de Leito, de modo que quem solicita a vaga informa se é ou não pessoa em situação de rua. Rodrigo (PUC) entende que deveria ser considerado perfil de pessoas em situação de rua, e pede cuidado com esses números, visto que pode ocorrer de pessoas buscarem ajuda e acabar sendo internadas involuntariamente. Patrícia (SME) explica que são internadas pessoas em surto importante e que colocam em risco tanto sua própria integridade quanto à de terceiros. Rodrigo (PUC) sugere que sejam apresentados dados anteriores aos internamentos oriundos da Portaria Conjunta nº 02 - SMS, FAS, SMDH de 2025, para se verificar se os internamentos aumentaram em função da Portaria Conjunta. Débora (DPE) lembra que o prazo máximo de internamento involuntário é de 90 dias, sendo casos acompanhados, com comorbidades associadas.

37 Rodrigo propõe que a planilha apresentada tenha mais colunas de modo a contemplar informações como
38 “tempo de permanência” e “CID” que ensejou o internamento involuntário. Alexandre (Reviver) questiona se
39 dentro do número de 97 pessoas internadas involuntariamente, alguma foi encaminhada para programa de
40 moradia, após receber alta médica. Elisangela (FAS) explica que as pessoas que recebem alta médica são
41 acompanhadas, e decidem se querem ser acolhidas em algum acolhimento da FAS ou desejam retornar
42 para a família, de modo que se trata de um processo e cada caso difere um do outro. Passando para segunda
43 pauta, consulta sobre a possibilidade de alteração do calendário de reuniões ordinárias do CIAMP de sexta-
44 feira para segunda-feira ou terça-feira, Elisangela (FAS) leu a pauta aos presentes, colocando o assunto
45 para votação, de modo que por unanimidade de votos, ficou estabelecido que as reuniões ordinárias do
46 CIAMP continuarão a ocorrer na última sexta-feira de cada mês, conforme já estabelecido na primeira
47 reunião ordinária do ano, onde se votou o calendário anual das reuniões ordinárias do CIAMP. Quanto a
48 terceira pauta, Centro POP Doutor Faivre, Débora (DPE) informa que a Defensoria Pública tem recebido
49 muitas reclamações sobre o número de senhas para atendimento, sobre a postura e atuação da Guarda
50 Municipal no Centro POP Doutor Faivre, de modo que há registro de três reclamações sobre número de
51 banheiros insuficientes para atender a demanda, no Centro POP e na Casa de Passagem Doutor Faivre,
52 presença de percevejos, atuação dos educadores, os quais teriam expulsados usuários, atuação violenta
53 da Guarda Municipal no interior do Centro POP e Casa de Passagem Doutor Faivre, que houve de dez à
54 quinze negativas de atendimento técnico mesmo com encaminhamento, número de senhas insuficientes
55 para lavagem de roupas (apenas dez), técnico fazendo uso de fone de ouvido na ocasião do atendimento
56 técnico, que o técnico demorou para atender e não deu atenção quando do atendimento, negativa de
57 renovação do Cadastro Único, sob alegação de que o irmão do usuário reside no município de Colombo-
58 PR, situação que também houve violência por parte da Guarda Municipal. Elisangela (FAS) explicou que
59 quanto às reclamações e denúncias, citadas, a Defensoria Pública já oficiou a FAS, e que a resposta formal
60 já está sendo preparada. Quanto à questão envolvendo o Cadastro Único, Elisangela (FAS) explicou que a
61 gerente de área foi acionada acerca da questão e já organizou treinamento com a equipe do Centro POP
62 para alinhar questões envolvendo o Cadastro Único. Rodrigo (PUC) sugere discutir o caso de negativa de
63 vaga no Hotel Social, visto que o usuário estaria restrito no hotel por indisciplina, não podendo acessar por
64 busca espontânea e nem via abordagem social. Débora (DPE) questiona se há formalização da restrição.
65 Elisangela (FAS) explica que sim, há formalização em termo próprio, assinado pelo usuário do serviço.
66 Rodrigo (PUC) expressa preocupação com a restrição do usuário em questão, visto que o mesmo possui
67 demandas na Defensoria Pública que implica o hotel social. Débora (DPE) questiona se o referido usuário
68 poderia ser hospedado em outro hotel social, Elisangela (FAS) explica depende de vaga disponível, mas
69 que poderá verificar. Rodrigo (PUC) quer saber se há perspectiva de instalação de novos centros
70 intersetoriais nos moldes do existe na Rua Dr. Faivre. Elisangela (FAS) esclarece que está em fase de
71 análise para a implantação de mais dois centros intersetoriais, com a participação do IPPUC e Urbanismo,
72 para indicação do melhor local para implantação, conforme proposta do Plano de Governo, até o fim do ano

de 2028. Elisangela (FAS) pontua que em relação aos banheiros do Centro Intersetorial Doutor Faivre, há 10(dez) vasos sanitários, 10(dez) chuveiros e 2(dois) mictórios na Casa de Passagem Doutor Faivre e mais 2(dois) chuveiros e 2(dois) vasos sanitários no Centro Pop Doutor Faivre, à disposição dos usuários de cada serviço. Passando para a próxima pauta, o Projeto BASE, Elisangela (FAS) explicou que o Projeto BASE visa um trabalho mais qualificado a quem frequentava o antigo Projeto Mesa Solidária, esclarecendo ainda que o espaço do Projeto BASE não se destina apenas às pessoas em situação de rua, mas sim às pessoas em vulnerabilidade social, o local conta com espaço para aguardar a alimentação, sendo oferecido almoço e jantar de segunda-feira à sexta-feira e café da manhã, almoço e jantar aos fins de semana. Elisangela (FAS) explica ainda que a FAS atua no Projeto Base e que as pessoas em situação de rua que acessam o projeto, também acessam as unidades da FAS. Alexandre (Reviver) quer saber quantas vagas o SINE disponibiliza para atender a população em situação de rua, de segunda à sexta-feira. Patrícia (SME) informa que haverá atendimento de saúde no Projeto Base no tocante à odontologia e vacinação, com ações pontuais uma vez por semana, ações coletivas e, se for necessário algum encaminhamento, a equipe de saúde fará o apoio pertinente. Maria Amélia (SMDH) informou que o departamento de política antidrogas está planejando ações para aplicar aos usuários do Projeto BASE. Paulo (Pastoral Povo da Rua), fez observação sobre o Comitê Gestor, e entende ser importante o CIAMP possa participar do Comitê Gestor. Rodrigo (PUC) complementa no sentido de que embora houvesse uma solicitação de mudança do Projeto Mesa Solidária, seria importante que houvesse uma gestão democrática, para que o CIAMP soubesse das mudanças previamente, antes da veiculação no site da prefeitura, informa que o MNPR-PR foi até o local onde está instalado o projeto BASE e reconheceu que o espaço oferece mais dignidade às pessoas que lá são atendidas, salientando a importância do CIAMP no apoio das políticas públicas municipais destinadas às pessoas em situação de rua. Amarilis (SMSAN) explica que há 73 entidades da sociedade civil que atuam no local e prestam serviço voluntário aos usuários do serviço. Paulo (Pastoral Povo da Rua) informou que as entidades da sociedade civil que conhece, gostaram e aprovam o novo local do Projeto BASE. Elisangela (FAS) leu relatório de atendimento do SINE, com perfil de domicílio, informando que o SINE atende no Projeto BASE de segunda-feira à sexta-feira, das 09h às 20h. Rodrigo (PUC) propõe que o CIAMP elabore de uma Nota Pública em apoio ao Projeto Base. Leonildo (MNPR-PR) informa que ao movimento vai iniciar ações no Projeto BASE, apontou que esteve em reunião com o Secretário responsável pela pasta, para acertar os detalhes da ação, que versa sobre possível geração de renda, com implantação de espécie de bolsa auxílio às pessoas em situação de rua. Em seguida, Leonildo informou que o MNPR-PR vai judicializar demandas em desfavor de vereadores e moradores do entorno do Projeto BASE, onde se pleiteia dano moral coletivo às pessoas em situação de rua, tendo em vista as manifestações contrárias ao Projeto BASE, inclusive com uso indevido de imagens de pessoas em situação de rua em vídeos que circulam nas redes sociais, informou ainda que o CIAMP Rua Nacional organizará reunião descentralizada em Curitiba, durante três dias, na PUC-PR com a presença de representantes de vários Ministérios, onde será tratado sobre a violação de direitos das pessoas em situação de rua no sul do país, tema alusivo à resolução nº 11 de

17/04/2026 do CNDH, que estabelece diretrizes e formas de enfrentamento ao discurso de ódio no Brasil, com foco específico na proteção da população em situação de rua. Amarilis (SMSAN) pontua que os usuários do serviço do Projeto BASE não saem com marmita das dependências do Projeto, visto que a regra é se alimentarem no local, dessa forma não há descarte irregular de marmitas em via pública. Elisangela (FAS) coloca a proposta da Nota Pública em votação, de modo que por unanimidade, a elaboração da Nota Pública foi aprovada, ficando estabelecido que a escrita da minuta ficará a cargo dos membros Rodrigo (PUC) e Paulo (Pastoral Povo da Rua). Passando para a próxima pauta, Workshop Censo SUAS PSR, Elisangela (FAS) explicou que os Censos foram realizados pelos municípios, mas que o município de Curitiba e Fundação de Ação Social há muito tempo já se posicionam no sentido de que tal atribuição deve ser de responsabilidade e protagonismo do IBGE, e que o conceito de pessoa em situação de rua a ser utilizado em âmbito nacional será o de “tempo na rua”, porém o conceito de população em situação de rua não é consenso em diferentes partes do país, de modo que cada município tem entendimentos diversos acerca do conceito, informa ainda que o Presidente do IBGE anunciou que o recurso necessário para a realização do censo PSR em Curitiba será de 4 milhões de reais e que a projeção é para o ano de 2028, portanto a expectativa é que o IBGE realize o Censo. Leonildo (MNPR-PR) falou sobre reunião que teve com o Secretário Geral da Presidência da República, onde tratou-se sobre a diferença de orçamento. Elisangela (FAS) explica que há um canal no Youtube sobre o Workshop. Por fim, a última pauta, tratando da Operação Inverno no Município de Curitiba, com previsão para início em 15 de maio de 2026 e término até 23 de setembro de 2026, de modo que os documentos que tratam das minúcias da Operação Inverno já estão em fase revisão textual, sendo o Protocolo de Operação Inverno e a Nota Técnica da Operação Inverno, que a Diretoria está trabalhando na aquisição de insumos e ampliação de vagas de acolhimento para o período de Operação Inverno, bem como apontou a dificuldade de se obter roupa masculina nas campanhas do agasalho, estendendo o convite para o lançamento da operação inverno aos membros do CIAMP. Leonildo (MNPR-PR) questiona se os recursos provenientes do Projeto Inverno Acolhedor, com repasse por meio do MDHC, serão aplicados na Operação Inverno. Elisangela (FAS) explica que os recursos do Projeto Inverno Acolhedor já estão na conta do convênio, porém ainda não podem ser utilizados na sua totalidade, visto que o Pregão Eletrônico para aquisição de enxovais foi homologado no fim do mês de março de 2026, de modo que o referido processo precisa ser analisado e aprovado pelo MDHC, para que o uso recurso possa ser liberado. Porém, se iniciou o processo de aquisição dos itens de vestuário visto que o Pregão Eletrônico que contemplava tais itens já foi alvo de análise e aprovação pelo MDHC. Alexandre (Reviver), questionou se será lançado edital para chamamento público para eleição de entidades da sociedade civil para comporem o rol de membros do CIAMP. Elisangela (FAS) esclareceu que o secretariado do CIAMP está trabalhando na questão e logo as informações serão repassadas aos membros do CIAMP, em primeira mão. Débora (DPE), questiona sobre a republicação da Portaria Conjunta nº 02, após adequações no texto da Portaria. Elisangela (FAS) explicou que a portaria ainda está em fase de revisão. Paulo (Pastoral Povo da Rua) pede apoio dos membros do CIAMP na divulgação da ODS nº 11, com

145 convergência com a COP30, focando na população em situação de rua, envolvendo a urgência de erradicar
146 a pobreza e a vulnerabilidade urbana. Rodrigo (PUC) informa sobre o Workshop atendendo o CIAMPRua,
147 com foco no planejamento estratégico para os próximos anos, de modo que as comissões criadas sejam
148 mais propositivas, para a próxima reunião do CIAMP; e outra palestra sobre a Internação Involuntária com
149 professor da UFPR, Deivisson Vianna Dantas dos Santos, com experiência em grupos vulneráveis e
150 periféricos atendidos em CAPS, para o mês de Junho de 2026, devendo ainda verificar com a Erika do CRP,
151 a possibilidade de enviar Psicólogo(a) para fala sobre o tema. Elisangela (FAS) propõe que a pauta da
152 próxima reunião seja discutida em no máximo 30 minutos, para que o tempo restante da reunião seja
153 reservado ao Workshop. Todos os presentes concordaram. Por fim, Rodrigo (PUC) pergunta se há
154 possibilidade de conseguir um Coffe para a próxima reunião, tendo em vista a realização do Workshop.
155 Elisangela disse que vai verificar a possibilidade. Adriana (CRESS) também colocou à disposição com a
156 estrutura do CRESS, caso seja preciso, para a próxima reunião. Por fim, sem mais para o momento,
157 Elisangela (FAS) encerrou a reunião, às 16:15h.